

NOTAS SOBRE A GOVERNANÇA EM REDE DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO

NOTES ON THE NETWORK GOVERNANCE OF UNESCO WORLD HERITAGE

Recebido em: 10/12/2020

Aceito em: 10/01/2020

Fernando Cesar Sossai¹
Arselle de Andrade da Fontoura²
Daniela Pistorello³
Denis Fernando Radun⁴
Ana Gabriela Cardoso⁵
Moroni de Almeida Vidal⁶
Gabriel Moraes Pacheco⁷
Vinícius José Mira⁸

¹ Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Professor dos cursos de História e Artes Visuais da Univille. Coordenador do Centro Memorial e Laboratório de História Oral da UNIVILLE (<https://lhouniville.wixsite.com/novo>). Vice-líder do grupo de pesquisas “Cidade, Cultura e Diferença” (<https://gpccd.org/>). E-mail: fernandosossai@gmail.com

² Docente dos cursos de Artes Visuais e Pedagogia (Educação Escolar Quilombola) da UNIVILLE. Historiadora do Arquivo Histórico de Joinville. Pesquisadora associada ao grupo de investigação “Cidade, Cultura e Diferença”. Coordenador do projeto de pesquisa “Pelos bastidores da UNESCO: estratégias para uma governança em rede do patrimônio mundial (1990-2020)”. E-mail: arsellesfontoura@gmail.com

³ Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE. Bolsista PNPd/CAPEs. Pesquisadora vinculada ao grupo de investigação “Cidade, Cultura e Diferença”. E-mail: danipistorello@hotmail.com

⁴ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE. Integrante do grupo de investigação “Cidade, Cultura e Diferença”. Estudante vinculado ao projeto de pesquisa “Pelos bastidores da UNESCO: estratégias para uma governança em rede do patrimônio mundial (1990-2020)”. E-mail: denisradun@gmail.com

⁵ Acadêmica do curso de História da UNIVILLE. Bolsista do Centro Memorial e Laboratório de História Oral da UNIVILLE. Integrante do grupo de investigação “Cidade, Cultura e Diferença”. Estudante vinculada ao projeto de pesquisa “Pelos bastidores da UNESCO: estratégias para uma governança em rede do patrimônio mundial (1990-2020)”. E-mail: anacarminati18@gmail.com

⁶ Acadêmico do curso de História da UNIVILLE. Bolsista do projeto de pesquisa “Pelos bastidores da UNESCO: estratégias para uma governança em rede do patrimônio mundial (1970-2020)”. Integrante do grupo de investigação “Cidade, Cultura e Diferença”. E-mail: moronialmeidavidal@gmail.com

⁷ Estudante vinculado ao projeto de pesquisa “Pelos bastidores da UNESCO: estratégias para uma governança em rede do patrimônio mundial (1990-2020)”. Integrante do grupo de investigação “Cidade, Cultura e Diferença”. E-mail: gmpojavinha@gmail.com

⁸ Acadêmico do curso de História da UNIVILLE. Bolsista do Centro Memorial e Laboratório de História Oral da UNIVILLE. Integrante do grupo de investigação “Cidade, Cultura e Diferença”. Estudante vinculado ao projeto de pesquisa “Pelos bastidores da UNESCO: estratégias para uma governança em rede do patrimônio mundial (1970-2020)”. E-mail: viniciusmira1987@gmail.com

Resumo: Este artigo discute a noção de governança em rede do patrimônio mundial no âmbito das relações internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O texto argumenta que, no seio dessa Organização, especialmente a partir da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), emergiu uma política de fabricação e modelagem de bens culturais, naturais e mistos, cuja preservação e transmissão ao futuro foram consideradas de interesse global. Baseando-se na literatura pertinente e em fontes institucionais diversificadas, o artigo conclui que a noção governança em rede do patrimônio mundial potencializa a análise da atuação de agentes e agências internacionalmente implicados no processo de produção do patrimônio mundial.

Palavras-chave: patrimônio mundial; governança em rede; UNESCO.

Abstract: This article debates the notion of world heritage network governance in the framework of international relations promoted by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (UNESCO). The text argues that, within this Organisation, particularly after the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage (1972), it has emerged a policy for the making and shaping of cultural, natural and mixed properties, whose preservation and transmission to the future were considered of global concern. Based on the pertinent literature and on diversified institutional sources, the article concludes that the notion of world heritage network governance enhances the analysis of the performance of agents and agencies internationally involved in the world heritage production process.

Keywords: world heritage; network governance; UNESCO.

INTRODUÇÃO

Como se dá o trabalho de governança em rede do patrimônio mundial da UNESCO? Quem são os agentes envolvidos com essa governança? Como esse tipo de governança atravessa o processo de produção do patrimônio mundial? Ainda que possamos oferecer apenas respostas parciais a essas perguntas, são elas as que procuramos desenvolver neste escrito.

Como sabemos, a partir da segunda metade do século XX, diferentes sociedades ocidentais vivenciaram uma espécie de “inflação patrimonial” (CHOAY, 2006). De fato, nesse período, o termo *patrimônio* foi se tornando cada vez mais elástico, sendo flexibilizado de forma a incorporar categorias e usos cada vez mais diversificados (patrimônio cultural, patrimônio natural, patrimônio misto, patrimônio mundial, patrimônio imaterial, patrimônio subaquático, patrimônio digital, patrimônio audiovisual, entre outros). Segundo a socióloga Nathalie Heinich (2014), essa inflação patrimonial precisa ser compreendida no âmbito da expansão da atuação de equipes interdisciplinares de profissionais do patrimônio, às quais foram tomando para si o papel de especialistas em patrimônio. Assim, a fronteira entre o que pode ou não ser considerado patrimônio foi sendo ampliada pela atuação desses especialistas que, de maneira mais ou menos dialógica, posicionaram-se como os experts do processo de “fabricação do patrimônio cultural” de uma determinada sociedade (HEINICH, 2019, p. 175).

Na esteira dessas discussões, o presente artigo desdobra-se de dois projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes e discentes dos cursos de História, Artes Visuais e do Programa de

Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). O primeiro, alçado de *Pelos bastidores da UNESCO: a construção de consenso em torno de bens considerados patrimônios mundiais (1960-1980)*, teve como objetivo compreender como se conformaram, no interior da UNESCO, redes de influência cujas negociações resultaram no reconhecimento, em 1978, dos 12 primeiros patrimônios mundiais do planeta. O segundo, intitulado *Pelos bastidores da UNESCO: estratégias para uma governança em rede do patrimônio mundial (1990-2020)*, buscou investigar como a UNESCO historicamente atuou na formulação de estratégias de governança em rede do patrimônio mundial, sobretudo interconectando diferentes agências e agentes do processo de fabricação do patrimônio mundial⁹.

Valendo-se dos resultados de pesquisa desses dois projetos, o artigo foi organizado em quatro partes. Na primeira, apresentamos um debate conceitual a respeito da noção de governança em rede, procurando recontextualizá-la no âmbito dos trabalhos da UNESCO com o patrimônio mundial. Em seguida, além de identificarmos alguns dos agentes envolvidos nessa governança, analisamos o papel que eles desempenham no processo de produção do patrimônio mundial. Na terceira parte, aprofundamos as discussões refletindo sobre como transcorre o processo de tomada de decisão no Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO, bem como problematizamos como esse processo dialoga tanto com as recomendações de experts vinculados a órgãos consultivos da UNESCO quanto com negociações de bastidores muitas vezes ocultadas no processo de produção do patrimônio mundial. Por último, finalizamos o artigo com uma breve discussão a respeito de artefatos criados e internacionalmente disseminados pela UNESCO (listas e mapas) e que, de nossa perspectiva, evidenciam instrumentos que a Organização utiliza durante o seu trabalho de governança em rede do patrimônio mundial.

Em termos metodológicos, além de fundamentar nossas conclusões em expressivas bibliografias, também interpretamos um conjunto variado de fontes institucionais, tais como: documentos elaborados pela UNESCO e seus órgãos internos; marcos normativos internacionais a respeito do patrimônio mundial (Convenções, Diretrizes etc.); informações

⁹ Os projetos foram realizados de 2018 a 2021 e contaram com financiamento do Fundo de Apoio à Pesquisa da UNIVILLE.

extraídas do site do Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO¹⁰; outros dados obtidos por meio de pesquisa documental junto à Plataforma UNESDOC Digital Library¹¹.

Ademais, esperamos que este artigo seja uma contribuição relevante para investigadores que, assim como nós, estejam interessados em compreender como a UNESCO e sua maquinaria institucional historicamente atuaram de maneira a articular um complexo sistema de governança em rede do patrimônio mundial que ainda hoje continua funcionando a pleno vapor.

A GOVERNANÇA EM REDE, A UNESCO E O PATRIMÔNIO MUNDIAL

Diversos estudiosos¹² tem destacado que o conceito de governança em rede é fundamental para compreendermos os usos e as funções sociais do patrimônio cultural na contemporaneidade, suas dinâmicas e formas de operação por parte de organismos internacionais e órgãos da gestão pública, suas formas de exploração como um recurso econômico em empreendimentos conduzidos pela iniciativa privada.

Em sociedades historicamente impactadas pelo fenômeno da globalização e por escolhas de gestão estatal orientadas pelo neoliberalismo¹³, alguns desses estudiosos têm se dedicado à discussão de como a ideia de *governo* – como sinônimo de *comando* – está dando lugar a de governança (RHODES, 1996; RODHES, 2006). Em suas pesquisas, eles têm questionado a premissa neoliberal de que, hoje, o “governo é cada vez menos uma questão de governar através de estruturas de autoridade hierárquica e cada vez mais uma questão de negociação através de uma série descentralizada de alianças flutuantes” (GOODIN, REIN, MORAN, 2006, p. 11). Nesse sentido, eles têm examinado como, no transcurso dos anos 1990,

¹⁰ Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/committee/>.

¹¹ Podem ser realizadas consultas gratuitas à Plataforma UNESDOC em: <https://unesdoc.unesco.org/>.

¹² Como, por exemplo, Meskell, Liuzza e Saccone (2014), Meskell (2015), Meskell, Liuzza e Brown (2015), Cameron e Rössler (2016), Gfeller e Eisenberg (2016), Benhamou (2016), Meskell (2018).

¹³ Neste artigo, acompanhamos o entendimento de Shamir (2008) a respeito do termo neoliberalismo. Para o autor, o termo deve ser considerado uma mera “doutrina econômica [...] com projetos políticos bem definidos”. Muito além disso, o neoliberalismo deve ser compreendido como um “conjunto complexo, muitas vezes incoerente, instável e até contraditório de práticas organizadas em torno de certa imaginação do ‘mercado’ como uma base para ‘a universalização das relações sociais fundamentadas no mercado, com a correspondente penetração em quase todos os aspectos singulares de nossas vidas, do discurso e/ou da prática de comoditização, da acumulação de capital e da produção do lucro’” (SHAMIR, 2008, p. 3). Nesse sentido, concordamos com Veiga-Neto (2013, p. 3) para quem o neoliberalismo é “muito mais do que uma ideologia ou um conjunto de preceitos econômicos; o neoliberalismo deve ser entendido tanto como uma forma de vida quanto como uma tecnologia de governo e governamento sobre a vida. E, sendo a vida tão dinâmica e variável como é, não se deve pensar que o neoliberalismo forma um todo homogêneo, coeso e estável, válido para qualquer sociedade, cultura ou configuração política. Numa relação imanente com o capitalismo e suas permanentes mutações adaptativas, o neoliberalismo não se constitui como uma superestrutura, mas se reconfigura e se adequa aos cenários em que se situa e que ele mesmo modela a todo o momento”.

foram se consolidando práticas, processos e agenciamentos internacionais no compasso de uma governança em rede de sociedades aproximadas pelo fenômeno da globalização.

Dessa perspectiva, a noção de governança em rede suscita questionar o pressuposto neoliberal de que o Estado dever ser configurado como uma entidade flexível e flexionável ao contemporâneo, criticando a defesa da substituição de um “Estado nacional [...] executivo e eficiente” por um “Estado coordenador” encarregado não da criação de políticas que culminam com o provimento de serviços públicos e gratuitos à população, mas sim da elaboração de políticas de regulação da sociedade, de normas para a oferta dos serviços privados que a ela serão prestados, de mecanismos de facilitação da competitividade comercial do mercado (DALE, 2010, p. 1106).

De acordo com o sociólogo Stephen Ball (2016, p. 11), pervasivas “relações em rede” tem viabilizado a “mobilidade de políticas” que sugerem uma mudança de compreensão do conceito de “governo como um Estado unitário” para a “governança em e por redes”. Longe de seguirem um fluxo espontâneo, o processo de mobilidade de políticas (culturais, econômicas, educacionais, entre outras) tem sido intencionalmente manejado por agentes que articulam entre si acordos estratégicos, canalizam discussões e difundem significados considerados pertinentes aos seus interesses. O argumento acionado nesse processo é, no mínimo, conveniente: novos modos de governança são fundamentais para a produção de um novo mundo contemporâneo.

Segundo a socióloga Gita Steiner-Khamsi (2012, p. 12):

Se reconhecemos que a governança global [em rede] é mais do que meramente o acúmulo de sistemas de governança nacional, extrapolados em nível internacional, compreendemos a urgência de entender como os movimentos, as redes e os vínculos sociais transnacionais (incluindo público-privado) diminuíram a autonomia do Estado na configuração da agenda, na formulação e implementação de política.

O trabalho de governança em rede implica, ainda, situar internacionalmente determinados atores como “mais centrais e outros como periféricos”, bem como definir quais deles atuarão como “nós centrais de redes” de governança de escala planetária (GOODIN, REIN, MORAN, 2006, p. 11). Mesmo que esses nós não estejam em condições de determinar a outros atores o que deverão fazer – afinal, a lógica subjacente à governança em rede é assegurar uma cooperação ampla, entre um grande número de atores interdependentes, ao redor de propósitos comuns –, eles são instâncias estratégicas para a harmonização de interesses e entendimentos discordantes, facilitando a construção dos consensos desejados. Entre outros

aspectos, os nós centrais das redes atuam não apenas como estruturas que transportam mensagens e valores de um contexto para outro, mas também como tradutores (agentes e mediadores) dedicados à interpretação e disseminação de significantes políticos, energizando-os e conferindo-lhes certificação.

Para além disso, os nós também promovem a “colagem translocal” de pressupostos políticos emanados de territorialidades díspares, funcionando como *promoters* para a “ativação, excitação e proliferação de discursos” globais que servem a interesses de mercado claramente neoliberais (BALL, 2016, p. 2). Conforme apontado por Lendvai e Stubbs (2012, p. 19), os nós centrais das redes, particularmente os que fazem as vezes de tradutores, atuam num “espaço transnacional”, artificialmente construído como uma “zona de contato” espacial e temporal na qual agentes separados por “disjunções geográficas e históricas” têm suas trajetórias intencionalmente cruzadas. Para esses autores:

Na zona de contato, os encontros são raramente, ou apenas raramente, sobre palavras e seus significados, mas são, quase sempre, mais ou menos explicitamente sobre reivindicações, oportunidades, escolhas estratégicas e objetivos, interesses e maximização de recursos. Nas zonas de contato, todos os tipos de interações de negociações complexas ocorrem, em cenários múltiplos, bem como nos bastidores (LENDVAI, STUBBS, 2012, p. 19).

Em se tratando da UNESCO, é correto afirmar que a Instituição funciona como um nó central que enlaça o trabalho de governança em rede do patrimônio mundial. Atuando em diferentes frentes, a Organização presta-se a mediar, interpretar, traduzir e disseminar pressupostos culturais, políticos, econômicos e educacionais que considera estratégicos a interesses internacionais de presente e de futuro em relação ao patrimônio mundial. Em coordenação com outras organizações internacionais (ICCROM, ICOMOS, IUCN, UNIDROIT, entre outras), a UNESCO procura se posicionar como uma das artífices fundamentais em estratégias públicas ou privadas voltadas à “modelagem global do patrimônio mundial” (GFELLER, EISENBERG, 2016, p. 279).

No âmbito do patrimônio cultural, historicamente, a UNESCO tem se dedicado à identificação de supostos problemas supranacionais, à definição de presumidas prioridades mundiais, à conformação de agendas internacionais de trabalho e discussão entre seus Estados-membros. Nesse âmbito, a Entidade procura se posicionar não somente como articuladora de demandas globais relativas ao patrimônio, mas, também, como agenciadora de consensos que

considera de interesse de seus Estados-associados. A bem da verdade é que, desde a década de 1970, especialmente a partir da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), a Organização tem se dedicado à governança em rede do patrimônio mundial por meio da operação de sua maquinaria institucional e de sofisticadas estratégias voltadas a influenciar e/ou convencer agências e agentes com os quais interage globalmente.

Eventos científicos, publicações, traduções, elaboração de pautas, distribuição de *papers* para fundamentar reuniões e grupos de trabalho, investimento no fortalecimento de alianças internacionais, contratação de experts, criação de órgãos, protocolos, manuais, diretrizes e procedimentos em relação ao patrimônio mundial... De modo astuto, a UNESCO joga com uma ampla cadeia de atores diferentemente posicionados em redes transnacionais pelas quais interesses políticos, ideologias e discursos sobre patrimônio mundial são canalizados, harmonizados e convertidos em consensos móveis, flexíveis e adaptáveis às complexidades de contextos nacionais diversificados.

Aprofundando o debate nessa direção, doravante, vejamos quem são e como atuam alguns dos agentes envolvidos com a governança em rede do patrimônio mundial institucionalmente fabricado pela UNESCO a partir da operação das disposições de sua Convenção de 1972.

GOVERNANÇA EM REDE DO PATRIMÔNIO MUNDIAL: AGENTES DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Quem são os agentes envolvidos com a governança em rede do patrimônio mundial? Embora nem todos sejam conhecidos, alguns deles foram identificados na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), nomeadamente:

- a) A própria UNESCO;
- b) Os Estados-parte da Convenção da UNESCO de 1972;
- c) Os órgãos consultivos encarregados de avaliar aspectos técnicos de bens candidatados ao status de patrimônios mundiais (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM));
- d) O Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO (CPM).

Embora não tenha sido indicado na citada Convenção, o Centro de Patrimônio Mundial, criado pela UNESCO em 1992, também vem cumprindo um papel destacado no trabalho de governança em rede do patrimônio mundial.

Dito de outra maneira, podemos afirmar com segurança que as disposições da Convenção da UNESCO de 1972 foi tanto um ponto de cristalização de uma noção consensual de patrimônio mundial quanto um marco normativo que definiu parte dos agentes implicados no referido trabalho de governança.

De fato, na Convenção, é inegável que o Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO ganhou significativo destaque na governança em rede do patrimônio fabricado pela Organização, relegando a um segundo plano a função dos Estados-parte desta Entidade. Assim como determinado na Convenção, ainda hoje, o Comitê é integrado por 21 representantes de Estados-associados à UNESCO, os quais são eleitos no transcurso da Conferência Geral da UNESCO¹⁴. Os membros do CPM gozam de um mandato com duração de quatro anos, possuindo o direito de candidatar-se à reeleição.

Na terceira seção da Convenção foi descrito com riqueza de detalhes os poderes atribuídos ao Comitê. Especificamente o artigo 11º foram explicitadas as principais funções do CPM, a saber: a coordenação do processo de submissão de bens culturais, naturais ou mistos à Lista do Patrimônio Mundial, assim como o estabelecimento e a atualização da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo (UNESCO, 1972, Art. 11º, § 4).

Nas últimas décadas, diante dos poderes que o texto convencional conferiu aos membros do Comitê, os Estados-parte da UNESCO passaram a nomear embaixadores e políticos profissionais como seus representantes, substituindo os antigos especialistas em patrimônio, que dominavam as discussões no CPM (MESKELL, LIUZZA, SACCONI, 2014). Nas palavras do primeiro diretor do Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO, Sr. Bernd Von Droste¹⁵, o “Comitê de Patrimônio Mundial tem sido dominado por diplomatas de carreira e

¹⁴ A Conferência Geral é a “instância máxima de governança da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)”. Nela, reúnem-se “a cada dois anos os 193 Estados-membros para determinar o programa e o orçamento da Organização”. Em razão da “alta participação política”, a Conferência é compreendida pela UNESCO como um momento estratégico para a Instituição consolidar a sua “ambição de influenciar o mundo de hoje”, constituindo-se como um organismo internacional “sede do diálogo mundial” (UNESCO, 2019).

¹⁵ Tornou-se funcionário da UNESCO em 1973. Entre 1983 e 1991, atuou como diretor da Divisão de Ciências Ecológicas e Secretário do Programa Intergovernamental sobre o Homem e a Biosfera. De 1992 a 1999, foi diretor do Centro de Patrimônio Mundial. Para informações biográficas complementares, ver: <https://whc.unesco.org/en/oralarchives/bernd-von-droste>.

não por especialistas em patrimônio”, fazendo com que as decisões do órgão “sejam regidas mais por *trade-offs* políticos do que pelo julgamento profissional” (MESKELL, 2016, p. 96).

Além disso, na seção da Convenção da UNESCO de 1972 que explicita a necessidade de “proteção nacional e [...] internacional do patrimônio cultural e natural”, também se registrou a obrigatoriedade do Comitê de Patrimônio Mundial trabalhar em estreita cooperação com o ICOMOS, a IUCN e o ICCROM, utilizando os serviços técnicos dessas organizações quando o assunto analisado se relacionasse ao patrimônio mundial. Aliás, segundo a referida Convenção, essas três organizações podem, inclusive, exercer voto consultivo nas Sessões do Comitê de Patrimônio Mundial¹⁶ (UNESCO, 1972, Art. 8º).

Além do ICCROM, ICOMOS e IUCN, há outros agentes (não necessariamente públicos ou estatais) que atuam no “processo de produção do patrimônio mundial”¹⁷ conformado na Convenção da UNESCO de 1972. No Artigo 10º da Convenção, facultou-se ao Comitê “convidar para as suas reuniões organismos públicos ou privados [...] para proceder a consultas sobre questões específicas”. E, no parágrafo 7, do Artigo 13º, determinou-se que o Comitê deveria “cooperar com organizações internacionais e nacionais, governamentais e não-governamentais”, como também com “outros organismos públicos ou privados e pessoas privadas” que teriam “objetivos idênticos” aos estabelecidos naquela Convenção (UNESCO, 1972, Arts. 10º e 13º). Tal entendimento foi reforçado pelo Artigo 17º, segundo o qual o Comitê estaria autorizado a realizar composições pontuais com “fundações ou associações nacionais, públicas e privadas”, visando “encorajar a proteção do patrimônio cultural e natural” do planeta (UNESCO, 1972, Art. 17º). É, pois, nesse âmbito, que instituições de natureza muito diversa historicamente puderam se interpor em debates travados na UNESCO a respeito de bens candidatados ao reconhecimento da Organização como patrimônio mundial¹⁸.

Um outro ator-chave na governança em rede do patrimônio mundial é o Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO (CEPM). Situado em Paris, no edifício sede da Organização,

¹⁶ As Sessões do Comitê do Patrimônio Mundial têm periodicidade anual e são assessoradas pelo Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO.

¹⁷ Por “processo de produção do patrimônio mundial” compreendemos o conjunto dos trabalhos empreendidos pela UNESCO e seus Estados-membros no sentido de interconectar “políticas e decisões que visam desenvolver uma estrutura global para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial” (MESKELL, LIUZZA, SACCONI, 2014, p. 2).

¹⁸ Por exemplo, como no caso dos debates acerca da categoria “paisagem cultural”, no começo dos anos 1990, em que a Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas (IFLA) teve um papel sobressalente (MITCHELL, RÖSSLER, TRICAUD, 2009). Informações sobre o mandato e o escopo de atuação da IFLA podem ser visualizadas em: <https://www.iflaworld.com/>.

o CEPM foi criado para atuar como uma espécie de secretaria dedicada à coordenação e lubrificação dos trabalhos ligados à Convenção da UNESCO de 1972 (MESKELL, 2015). O Centro é responsável pela organização das Sessões do Comitê de Patrimônio Mundial e, também, por prestar assistência aos Estados-parte interessados em elaborar e submeter propostas de inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial. O CEPM ainda medeia o repasse de recursos do Fundo do Patrimônio Mundial aos Estados-membro dessa Organização, além de se responsabilizar pela produção e disseminação dos Relatórios do Estado de Conservação de bens reconhecidos como patrimônios mundiais.

Com o objetivo de demonstrar visualmente a capilaridade dos trabalhos do Centro, assim como as suas interconexões com os agentes da governança em rede do patrimônio mundial identificados no primeiro parágrafo deste item, a seguir, apresentamos um diagrama que elaboramos no transcurso de nossos recentes projetos de pesquisa.

Figura 1: Capilaridade do CEPM e suas interconexões com alguns dos agentes envolvidos na governança em rede do patrimônio mundial da UNESCO



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Outros agentes ainda atuam nos bastidores do processo de produção do patrimônio mundial. “Através de recepções, reuniões informais e [...] audiências reais”, lobistas, diplomatas, ativistas ambientais, políticos profissionais, lideranças culturais mundialmente conhecidas e representantes de entidades nacionais de natureza diversa (fundações, ONGs, associações comerciais etc.) se imiscuem nos trabalhos e nas Sessões do Comitê de Patrimônio Mundial, procurando tensionar as discussões e, por vezes, encaminhá-las em direção a interesses político-econômicos estrategicamente definidos (MESKELL, 2015, p. 14). Em razão de sua atuação difusa, torna-se difícil identificar os nomes e os limites da influência desses agentes tanto no CPM quanto no interior da UNESCO e seu CEPM. O poder e a influência exercidos por esses agentes não aparecem claramente nem nas ações defendidas ou empreendidas por autoridades vinculadas à Organização, tampouco em discursos e intervenções realizadas durante as Sessões do Comitê.

Seguindo pistas em torno dessa constatação, parece-nos fundamental discutir como se desenvolve um processo de elevadíssima complexidade no trabalho de governança em rede do patrimônio mundial, qual seja: no âmbito da maquinaria e dos poderes institucionais da UNESCO, como transcorre o processo de tomada de decisão no Comitê de Patrimônio Mundial? A esse assunto dedicamos especial atenção no item a seguir.

ENTRE AS NEGOCIAÇÕES POLÍTICAS E AS RECOMENDAÇÕES DOS EXPERTS: A GOVERNANÇA EM REDE E A TOMADA DE DECISÃO NO COMITÊ DE PATRIMÔNIO MUNDIAL

De fato, foi a partir dos anos 2000, que se consolidou no Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO uma vertiginosa politização das tomadas de decisão. De lá para cá, os experts em patrimônio cultural, natural e mistos, historicamente envolvidos com a avaliação técnica de bens candidatos a patrimônio mundial, pouco a pouco, foram perdendo espaço no interior do Comitê, sobretudo nos processos de tomada de decisão a respeito de candidaturas de bens à Lista do Patrimônio Mundial.

Grosso modo, o processo de tomada de decisão no Comitê engloba os seguintes aspectos. A partir da apreciação de até duas candidaturas de um mesmo Estado-parte e respeitando o limite de análise de 45 candidaturas por Sessão anual, o Comitê coteja os pareceres elaborados pelos experts vinculados a diferentes órgãos consultivos (ICOMOS, IUCN e ICCROM), os quais podem indicar quatro tipos de decisão em relação à candidatura

de um bem cultural, natural ou misto: “Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial”; “Encaminhamento”; “Adiamento”; “Não inscrição” (BERTACCHINI, LIUZZA, MESKELL, 2015, p. 5). A última significa que o Estado-proponente não poderá submeter ao Comitê a mesma candidatura. O “Encaminhamento” e o “Adiamento” possibilita a reapresentação da mesma candidatura para nova apreciação do Comitê (obrigatoriamente, devem ser fornecidas informações complementares).

A deliberação final do Comitê se dá por meio de formação de consenso entre os seus integrantes, sendo o voto individualizado, integrante por integrante, um recurso raramente utilizado. Portanto, as negociações multilaterais, os encontros informais, as discussões de bastidores ou em grupos de trabalhos menores (que antecedem as Sessões do Comitê) são de fundamental importância no processo de tomada de decisão.

Bertacchini, Liuzza e Meskell (2016) destaca que, independentemente da avaliação dos órgãos consultivos da UNESCO, a tendência da votação no Comitê é de empurrar o bem candidatado sempre para uma categoria de avaliação acima das indicadas pelos experts. Ou seja, há uma tendência no CPM em votar pela inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial, mesmo nos casos em que os experts sugeriram o “Encaminhamento” ou “Adiamento”. Da mesma forma, quando a sugestão é de “Incluir” o bem na Lista do Patrimônio Mundial, dificilmente, o Comitê votará pelo “Encaminhamento”, “Adiamento” ou “Não inclusão”. Entre outras motivações, isso se dá pelo fato de que, ao rejeitar a candidatura de um outro Estado-parte da UNESCO, os representantes de tal Estado poderão atuar de maneira a inviabilizar o sucesso de futuras candidaturas de países que votaram contra suas expectativas. Os imperativos de uma espécie de “política da boa vizinhança” é um fato com que os integrantes do CPM precisam aprender a lidar.

A inscrição do bem na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO é o principal resultado do processo de tomada de decisão no Comitê. Ao que tudo indica, há uma correlação positiva entre o número de bens que um país possui inscrito na Lista do Patrimônio Mundial e seu reconhecimento político internacional. Além disso, também, há uma correlação positiva entre o número de representantes de um mesmo país no Comitê e a probabilidade desse país ter um bem inscrito na Lista. A influência no processo de tomada de decisão é ainda mais significativa dependendo do número de anos que um mesmo país possui assento no Comitê: quanto mais tempo, maior a sua influência (BERTACCHINI, SACCONI, 2012).

Em função das tomadas de decisão lidarem com negociações de bastidores difusas que culminam em consensos patrimoniais generalistas, no Comitê do Patrimônio Mundial é muito difícil a identificação e o estabelecimento de padrões sobre como se alinham os interesses de seus membros. Porém, conforme salientado por Bertacchini, Liuzza e Meskell (2015), sabe-se que os discursos, os posicionamentos políticos e os acordos internacionais entre Estados impactam o processo de tomada de decisão no Comitê. Por exemplo, a relação mantida entre os países integrantes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que desde a década de 1990, possuem certo alinhamento em seus discursos na Assembleia Geral das Nações Unidas, pode influenciar a tomada de decisão dos membros do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO.

De acordo com Meskell, Liuzza e Saccone (2014), esse tipo de politização pode ser considerada uma falha do multilateralismo das relações internacionais proposto pela UNESCO em seu Comitê de Patrimônio Mundial. A esse respeito, a autora relembra o caso do Complexo Histórico e Arqueológico de Bolgar¹⁹, na Rússia, reconhecido como patrimônio mundial em 2014. A inclusão do Complexo na Lista de Patrimônio Mundial foi discutida numa Sessão do Comitê realizada em 2012. Contudo, segundo o parecer dos experts do ICOMOS, o Complexo possuía uma capacidade reduzida de “fornecer um testemunho confiável dos períodos históricos aos quais era associado” (MESKELL, LIUZZA, SACCONI, 2014, p. 12). Portanto, a recomendação do órgão era pelo não reconhecimento do bem como patrimônio mundial. Não satisfeita com o posicionamento do ICOMOS, a Rússia buscou apoio internacional – forma da UNESCO – para conseguir a inclusão do Complexo na referida Lista. À época, valendo-se de seus expedientes diplomáticos, o governo russo conseguiu atrair a simpatia de nações árabes argumentando que o Complexo dizia respeito à história, a períodos e eventos atinentes à peregrinação muçulmana pela Europa. A ideia era que os líderes de países árabes que contavam com representantes no Comitê pressionassem os demais integrantes do órgão a votarem a favor da candidatura russa²⁰.

Nesse âmbito, cumpre dizer que a governança em rede do patrimônio mundial impõe à UNESCO e seus Estados-parte a interação com desafios que transpassam um mundo

¹⁹ Informações detalhadas sobre esse Complexo podem ser encontradas em: <https://whc.unesco.org/en/list/981/>

²⁰ No livro de Meskell (2018) há interessantes informações a respeito deste caso, bem como de numerosos outros, cujas discussões nos bastidores do CPM foram extremamente tensas (por exemplo, o processo de patrimonialização mundial do Templo de Preah Vihear (<https://whc.unesco.org/en/list/1224>), situado na fronteira entre o Camboja e a Tailândia, analisado pela autora no Capítulo 5, intitulado *Inscription*).

contemporâneo, cujo sistema de relações internacionais é extremamente globalizado e posicional (ROSENAU, 2000). Tal situação exige dessa Organização um trabalho forma mais ampliado no que tange à cooperação internacional em matéria de patrimônio mundial. Inegavelmente, tal ampliação contribui não apenas para descortinar as dimensões políticas que atravessam debates, avaliações e deliberações realizadas no âmbito do Comitê de Patrimônio Mundial, mas, também, para tornar mais transparente e acreditada a própria atuação global da UNESCO. Se intensificados nessa direção, tanto os trabalhos do Comitê quanto os da UNESCO poderiam tornar mais equilibrados os mecanismos, os instrumentos e os modos de operação de uma complexa governança em rede de bens culturais que, supostamente, são de interesse planetário.

Destarte, com a intenção de ensaiar análises acerca de como alguns artefatos criados pela UNESCO evidenciam os complexos instrumentos institucionais de governança em rede do patrimônio mundial, em continuidade, passamos a uma discussão sobre as Listas e um mapa do patrimônio mundial produzido e internacionalmente disseminado pela Organização.

EVIDÊNCIAS DA GOVERNANÇA EM REDE DO PATRIMÔNIO MUNDIAL: LISTAS E MAPAS DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO

Conforme mencionamos, a Convenção da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), atribuiu ao Comitê do Patrimônio Mundial a responsabilidade de estabelecer, atualizar e difundir a Lista do Patrimônio Mundial e a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo²¹. Segundo o Artigo 11º dessa Convenção, na Lista do Patrimônio Mundial, o Comitê deve inscrever os bens “que considere como tendo um Valor Universal Excepcional”, tomando como referência um conjunto de “Critérios” futuramente estabelecidos por um grupo de trabalho criado pela UNESCO após a entrada em vigor da Convenção²². Igualmente, a Convenção incumbiu o Comitê de deliberar sobre a inclusão de bens na “Lista do Patrimônio Mundial” e na “Lista do Patrimônio Mundial em Perigo”, potencializando a salvaguarda de bens culturais, naturais ou mistos reconhecidos pela UNESCO como patrimônios mundiais.

²¹ As Listas do Patrimônio Mundial da UNESCO podem ser consultadas em: <https://whc.unesco.org/en/list/>

²² A primeira versão desses critérios foi publicada em 1977 (UNESCO, 1977). As diversas versões desses Critérios, inclusive a atual (UNESCO, 2019), podem ser acessadas em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/>.

Porém, a Convenção não foi exaustiva no que diz respeito aos significados e aos instrumentos que o Comitê deveria utilizar para a aferição do Valor Universal Excepcional. Para tanto, o próprio Comitê tem editado, desde 1977, as Diretrizes Operacionais para Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial. Desde os anos 1970, essas Diretrizes já foram editadas 26 vezes, inclusive com a alteração do que deveria ser considerado conceitualmente como Valor Universal Excepcional.

De nosso entendimento, as Listas do Patrimônio Mundial e do Patrimônio Mundial em Perigo sinalizam a governança em rede do patrimônio mundial da UNESCO, dispendo-as a partir de um arranjo territorial. Tal governança é exercida por meio de relações internacionais que conectam entre si formas de trabalho e pessoas vinculadas ao Comitê do Patrimônio Mundial, a organismos internacionais, a Estados-parte da UNESCO, a instituições não-governamentais, a experts em patrimônio, entre outros agentes que influenciam o processo de tomada de decisão acerca de quais bens devem ou não ser incluídos na Lista do Patrimônio Mundial.

No site do Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO, ao serem apresentadas a Lista do Patrimônio Mundial e a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo²³, também, apresenta-se um mapa interativo indicando a localização dos bens culturais, naturais e mistos oficialmente patrimonializados pela Organização²⁴. Em tal mapa é possível vislumbrar quais regiões e continentes possuem maior ou menor número de inscrições naquelas Listas.

Figura 2: imagem do mapa interativo do patrimônio mundial da UNESCO

²³ Disponível em: <https://whc.unesco.org/>.

²⁴ O mapa pode ser visualizado em: <https://whc.unesco.org/en/interactive-map/>.



Lista do Patrimônio Mundial

- ◆ Bens culturais
- Bens naturais
- Bens mistos

Lista do Patrimônio Mundial em Perigo

- ◆ Bens culturais
- Bens naturais
- Bens mistos

Fonte: UNESCO, 2020.

Na perspectiva de Luke James (2017), esse mapa pode ser considerado uma evidência factível de instrumentos de governança em rede do patrimônio mundial, muitos dos quais são sofisticadamente elaborados e operados pela UNESCO. Analisando nessa direção, o autor salienta que:

[...] o mapa do patrimônio mundial é, em certo sentido, uma simples representação cartográfica das Listas mantidas pelo Centro de Patrimônio Mundial. Ainda assim, o fato de que ele se assemelha a um mapa físico comum do mundo, chama a atenção para como o território sujeito à governança do patrimônio mundial cobre quase toda a Terra. Essa aparente verossimilhança obscurece o fato de que, em sua edição atual [2017], os

nomes de quatro Estados-membros da UNESCO — Nauru; Somália; Timor-Leste e Tuvalu – estão desaparecidos do mapa (JAMES, 2017, p. 60).

James (2017) destaca que, para além da possibilidade de alguns Estados terem desaparecido do mapa em razão de, talvez, não terem aderido à Convenção da UNESCO de 1972²⁵, as ausências e as presenças no mapa se relacionam à “universalização de tendências de governança do patrimônio mundial”, assim como a disputas em torno de bens culturais patrimonializados por meio dos trabalhos do Comitê de Patrimônio Mundial (JAMES, 2017, p. 61). Nesse sentido, o mapa integraria o rol de instrumentos fabricados pela Instituição para um exercício efetivo da governança global do patrimônio mundial, funcionando como uma espécie de “tecnologia de ordenação” do patrimônio reconhecido pela Organização (JAMES, 2017, p. 62).

Ainda no que tange ao mapa e sua relação com a Lista do Patrimônio Mundial, é interessante mencionar que, desde os anos 1980, no interior da Organização, foram concebidas estratégias para torna-la mais representativa da diversidade cultural da Terra. Nessa direção, em 1994, a UNESCO elaborou o programa “Estratégia Global por um Patrimônio Mundial Representativo, Equilibrado e Credível”²⁶. Tal programa foi constituído com base nos resultados de um conjunto de discussões realizadas no marco de um “Estudo Global”²⁷ que, durante a década de 1980, evidenciou o caráter “eurocêntrico” e “ocidental” da Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (GFELLER, 2015, p. 376).

Segundo a historiadora Aurélie Gfeller (2015), duas importantes mudanças na UNESCO foram produzidas no transcurso dessa busca por uma Lista do Patrimônio Mundial mais representativa, equilibrada e diversificada: o “giro indígena” e o “giro antropológico” nos debates sobre patrimônio encampados pela Organização.

No que diz respeito ao giro indígena, Gfeller (2015) chama a atenção para os casos do Parque Nacional Tongariro²⁸ (Nova Zelândia) e do Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta²⁹ (Austrália). Ainda que pudessem ser facilmente associados às culturas indígenas/aborígenes,

²⁵ A relação dos Estados que aderiram à Convenção encontra-se em: <https://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=246>

²⁶ Mais informações podem ser consultadas em: <https://whc.unesco.org/en/globalstrategy/>.

²⁷ De acordo com Aurélie Elisa Gfeller, inicialmente, o “Estudo Global” partiu de um conceito de patrimônio mundial bastante “conservador”, propondo a sua operação com base em uma matriz detalhando a relação entre a “história da civilização” e as “entidades culturais”, definidas “em termos de estilo artístico ou arquitetônico, geográficos, [...] e de uma religião compartilhada” (GFELLER, 2015, p. 370).

²⁸ Detalhes em: <https://whc.unesco.org/en/list/421>.

²⁹ Informações em: <https://whc.unesco.org/en/list/447>.

inicialmente, os dois bens foram reconhecidos pela UNESCO apenas como patrimônios mundiais naturais. Contudo, a partir da influência de alguns experts – tais como Joan Domicelj que propôs a temática da “coexistência dos seres humanos com o território” – a UNESCO passou a defender uma perspectiva mais ampla de aspectos culturais e paisagísticos em um bem candidatado à patrimonialização mundial (GFELLER, 2015, p. 373).

Quanto à virada antropológica, nos anos 1990, reverberaram no Comitê de Patrimônio Mundial os trabalhos de Isac Chiva, antropólogo mundialmente reconhecido por defender o conceito de “patrimônio antropológico” (um termo que idealizava o patrimônio em função das práticas sociais e experiências culturais de uma determinada comunidade). Esse conceito teve impacto significativo na UNESCO, sobretudo para a construção de uma visão de patrimônio mundial menos focada na monumentalidade. Contudo, mesmo propondo um conceito de patrimônio mais diversificado, o reconhecimento de patrimônios mundiais por parte da UNESCO não se desvencilhou da “dinâmica norte-norte”, uma vez que as transformações desse conceito acabaram por contemplar apenas os interesses de países que compunham uma “periferia interna do norte (o mundo pós-colonial)”, os quais buscavam “deslocar a hegemonia [...] da Europa no que tange ao patrimônio mundial”, mas não necessariamente reconhecer e/ou ampliar a participação de países do sul do mundo em discussões travadas naquele Comitê (GFELLER, 2015, p. 378).

Como índice dessa historicidade, o referido mapa segue evidenciando que, em todo o mundo, múltiplas partes interessadas há quase 50 anos seguem buscando o “reconhecimento do Valor Universal Excepcional de um determinado local através de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial” da UNESCO (GFELLER, 2015, p. 367). Desde a década de 1980, ano após ano, o número de Estados e patrimônios mundiais plotados no mapa só fez aumentar. Aliás, com a crescente flexibilização dos critérios de Valor Universal Excepcional, seguramente, a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial irá aumentar ainda mais, exigindo a remodelação daquele mapa. Assim, tanto as presenças quanto as ausências impressas no mapa têm potência para a discussão de aspectos que conformam a governança em rede do patrimônio mundial não apenas pelas suas escolhas cartográficas, mas, especialmente, por evidenciar uma representação modelada pela UNESCO de regiões e patrimônios do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo fizemos um esforço no sentido de analisar o trabalho de governança em rede do patrimônio mundial. Ao longo do texto, além de discutir conceitualmente a noção de governança e de recontextualizá-la nos debates sobre patrimônio mundial, procuramos destacar como, no transcurso dos anos 1970, sobretudo a partir da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), emergiu uma política mundial voltada à fabricação e modelagem de bens culturais, naturais e mistos, cuja preservação e transmissão ao futuro foi considerada pela UNESCO como sendo de interesse global.

Conforme demonstramos, a noção de governança em rede do patrimônio mundial não se resume à discussão das formas de governo do patrimônio no âmbito da UNESCO e/ou em seus Estados-membros. Tal noção, sim, leva em conta o complexo trabalho de produção do patrimônio mundial no seio da maquinaria institucional da UNESCO. Porém, vai muito além disso: concebe, situa e compreende essa noção como uma ferramenta heurística para análise de redes transnacionais de agenciamentos de bens culturais, naturais e mistos; rede essa que interconecta a atuação multilateral de agentes de bastidores, órgãos governamentais, instituições privadas, organizações internacionais, setores empresariais, entre outros desconhecidos implicados no processo de produção do patrimônio mundial.

Ainda que tenhamos fornecido algumas evidências acerca de como funciona o contemporâneo trabalho de governança em rede do patrimônio mundial, finalizamos este artigo enfatizando a necessidade de mais pesquisas a respeito do assunto. Certamente, investigações científicas mais específicas e documentalmente mais aprofundadas poderão contribuir para a identificação e o conhecimento das formas de atuação de agentes e agências enredadas pelo trabalho de governança do patrimônio mundial da UNESCO.

REFERÊNCIAS

BALL, Sthepen. Following policy: networks, network ethnography and education policy mobilities. **Journal of education policy**, v. 31, p. 1-18, jan. 2016.

BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições SESC, 2016.

BERTACCHINI, Enrico; LIUZZA, Claudia; MESKELL, Lynn. Shifting the balance of power in the UNESCO World Heritage Committee: an empirical assessment. **International Journal of Cultural Policy**, 23, 3, p. 1-21, jun. 2015.

BERTACCHINI, Enrico; LIUZZA, Claudia; MESKELL, Lynn. The politicization of UNESCO World Heritage decision making. **Public Choice**, n. 167, p. 95-129, 2016.

BERTACCHINI, Enrico; SACCONI, Donatella. Toward a political economy of World Heritage. **Journal of Cultural Economics**, 36, 4, p. 327-352, 2012.

CAMERON, Christina; RÖSSLER, Mechtild. **Many voices, one vision**: the early years of the World Heritage Convention. Abingdon: Routledge, 2016.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP: 2006.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Patrimônio como esteio das relações internacionais: em questão o soft power. CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (org.). **Bens culturais e relações internacionais**: o patrimônio como espelho do soft power. Santos: Editora Leopoldianum, 2017. p. 13-42.

DALE, Roger. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, Out./Dez. 2010.

GFELLER, Aurélie Elisa. Anthropologizing and indigenizing heritage: The origins of the UNESCO global strategy for a representative, balanced and credible World Heritage List. **Journal of social archaeology**, v. 15, n. 3, p. 366-386, 2015.

GFELLER, Aurélie Elisa; EISENBERG, Jaci. UNESCO and the shaping of global heritage. In: DUEDAHL, Poul (ed.). **A History of UNESCO**. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 279-323.

GOODIN, Robert E.; REIN, Martin; MORAN, Michael. The public and its policies. In: MORAN, Michael; REIN, MARTIN; GOODIN, Robert E. **The Oxford handbook of public policy**. Norfolk: Oxford University Press, 2006. p. 3-38.

HEINICH, Nathalie. A fabricação do patrimônio cultural. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 32, p. 175-86, 2019.

HEINICH, Nathalie. O Inventário: um patrimônio em vias de desartificação? **PROA-Revista de antropologia e arte**, p. 1-13, n. 5, 2014.

JAMES, Luke. The map is not the territory: global ordering in heritage governance. **Historic environment**, v. 29, n. 3, p. 58-69, 2017.

LENDVAI, Noémi; STUBBS, Paul. Políticas como tradução: situando as políticas sociais transnacionais. **Práxis Educativa**, v. 7, n. 1, p. 11-31, Jan./Jun. 2012.

MESKELL, Lynn; LIUZZA, Claudia; BERTACCHINI, E.; SACCONI, D. Multilateralism and UNESCO World Heritage: decision-making, states parties and political processes. **International Journal of Heritage Studies**, 21, n. 5, p. 423-40, Ago. 2014.

MESKELL, Lynn. **A future in ruins**: UNESCO, world heritage and the dream of peace. Oxford: Oxford University Press, 2018.

MESKELL, Lynn. Transacting UNESCO World Heritage: gifts and exchanges on a global stage. **Social Anthropology**, 23, n. 1, p. 3-21, 2015.

MESKELL, Lynn; LIUZZA, Claudia; BROWN, Nicholas. World Heritage Regionalism: UNESCO from Europe to Asia. **International Journal of Heritage Studies**, 22, n. 4, p. 437-70, 2015.

MITCHELL, Nora; RÖSSLER, Mechtild; TRICAUD, Pierre-Marie (ed.). **World Heritage Cultural Landscapes: a handbook for conservation and management**. Paris: UNESCO, 2009.

RHODES, Roderick A. W. Policy network analysis. In: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. **The Oxford handbook of public policy**. Norfolk: Oxford University Press, 2006. p. 425-447.

RHODES, Roderick A. W. The new governance: governing without government. **Political Studies**, XLIV, n. 4, p. 652-667, 1996.

ROSENAU, James. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p. 11-46.

SHAMIR, Ronen. The age of responsabilization: on market-embedded morality. **Economy and Society**, v. 37, n. 1, p. 1-19, fev. 2008.

STEINER-KHAMSI, Gita. Understanding policy borrowing and lending: building comparative policy studies. In: STEINER-KHAMSI, Gita; WALDOW, Florian (org.). **World yearbook of education: policy borrowing and lending**. London; New York: Routledge, 2012. p. 3-17.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris: UNESCO, 1972.

UNESCO. **World Heritage List**: interactive map. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/interactive-map/>. Acesso em: 17 Dez. 2020.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Heritage Committee**. Paris: UNESCO, 1977.

UNESCO. **Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention**. Paris: UNESCO, 2019.

UNESCO. **UNESCO's 40th General Conference confirms the Organization's historic turn around and its repositioning on contemporary issues**. Paris, 12-17 November, 2019. Disponível em: <https://en.unesco.org/generalconference/40/results>. Acesso em: 10 Out. 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo: um desvio à direita ou delírios avaliatórios. In: 10º COLÓQUIO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES; 6º COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE CURRÍCULO, 2012. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, Set. 2013. p. 1-17.